



Alta funcionária lesava o Fisco a troco de luvas

Judiciária descobre que responsável por processos tributários ajudava advogado a ganhar ao Estado. Também passava informações secretas



António Taveira é um conhecido advogado de Lisboa, especializado em direito fiscal. A detida é funcionária de topo na Autoridade Tributária

Alexandre Panda
alexandre.panda@jn.pt

LISBOA Nas Finanças, era responsável por processos em tribunal contra empresas e particulares a quem o Estado reclamava dinheiro. Mas, para um advogado de Lisboa, seria uma aliada privilegiada que, a troco de dinheiro, lhe explicava como poderia travar essas mesmas ações milionárias, em prejuízo do erário público. A mulher, técnica superior do departamento de contencioso da Autoridade Tributária, e o causídico foram ontem detidos pela Polícia Judiciária (PJ), por suspeitas de corrupção ativa e corrupção passiva para ato ilícito, falsidade informática e violação de segredo de funcionário.

De acordo com informações recolhidas pelo JN, há pelo menos dois anos que a funcionária, Elsa S., andava a passar informação privilegiada ao advogado António Taveira, especializado em direito fiscal.

Durante o dia, preparava a estratégia das ações judiciais contra clientes de Taveira.

Para as Finanças, a funcionária tinha a missão de representar a Fazenda Pública e defender a legalidade da liquidação de impostos nas ações de impugnação nos tribunais administrativos e fiscais.

TRUNFOS PARA VENCER

Mas, na sombra, seria, de acordo com a investigação, uma ajudante do advogado. Em vez de lutar, com todas as armas jurídicas, pelo interesse do Estado, dava os principais trunfos à parte adversária para ter a garantia de que Taveira ganharia os processos contra o Fisco. Daí o nome da operação "Duo Facie" (dupla face).

A responsável também é suspeita de ter proposadamente deixado falhas em processos para que as mesmas fossem aproveitadas por Taveira. A investigação também acredita que a mulher acedia a bases de dados do Fisco para consultar o historial de contribuintes e passar informação privilegiada ao advogado. Esses acessos nada tinham a ver com os processos que a funcionária tinha em mãos.

PORMENORES

Juiz de instrução

As diligências, dirigidas pelo Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, foram acompanhadas por procuradores e por um juiz de instrução. A presença desse magistrado era obrigatória já que o caso envolveu um advogado.

Detido no Porto

A PJ teve de localizar o advogado, que ontem de manhã não estava nem no seu escritório, nem em casa. Acabou detido na zona do Porto e foi conduzido para Lisboa.

Grande Lisboa

As buscas da PJ, em repartições de Finanças, casas e escritório de advogado, foram realizadas em Lisboa, Mafra, Coruche, Alcochete, Vendas Novas e Montijo.

O processo nasceu depois de a própria Autoridade Tributária desconfiar dos acessos efetuados pela técnica superior à base de dados. O Fisco informou o Ministério Público das desconfianças e as autoridades começaram a monitorizar a mulher. Descobriram a relação com o advogado, mas foram precisos vários meses para consolidar as suspeitas com provas concretas de corrupção.

MILHÕES NO "JOGO DUPLO"

Ao que apurou o JN, o número de processos em que a funcionária fez "jogo duplo" ainda não foi totalmente apurado. Só a análise dos documentos e material informático ontem apreendido nas 13 buscas irá permitir ter uma real noção. Ainda assim, serão várias dezenas e representarão milhões de euros.

As contrapartidas que a mulher recebeu ao longo dos anos também ainda não foram estabelecidas.

Os dois arguidos serão hoje levados a tribunal para o primeiro interrogatório e aplicação de medidas de coação. ●